

Release de Resultados

2T26

Natal, 12 de agosto de 2026.

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) apresentou seus resultados financeiros e operacionais referentes ao 2º trimestre de 2026 (2T26) de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as leis contábeis nacionais, como a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) e suas atualizações (Leis 11.638/07 e 11.941/09), além de seguirem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas normas estão plenamente alinhadas aos padrões internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), garantindo transparência e clareza nas informações apresentadas. Isso evidencia que as demonstrações financeiras da CAERN foram preparadas com foco na conformidade regulatória e nas melhores práticas contábeis, proporcionando uma visão detalhada e fidedigna da sua saúde financeira e operacional.

Por fim, as demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques 2T26

MARGEM EBITDA	LUCRO LÍQUIDO	VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ECONOMIAS	DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA (ANUAL)
---------------	---------------	---------------------------------	-------------------------------

2T25: 19,02%
2T26: 18,35%

2T25: R\$ 68.100
2T26: R\$ 55.426

Água + 1,6%
Esgoto + 1,3%

0,83x

RECEITA LÍQUIDA

INVESTIMENTOS

2T26: R\$ 293.727

2T25: R\$ 66.618
2T26: R\$ 44.277

	2T26 (a)	2T25 (b)	Var. (a/b)	2T24 (c)	Var. (b/c)
Receita líquida (trimestral)	293.727	302.603	(3%)	276.148	10%
Lucro Bruto (trimestral)	116.699	129.491	(10%)	106.897	21%
Resultado Operacional (trimestral)	26.557	28.421	(7%)	18.053	57%
EBITDA (trimestral)	62.637	60.690	3%	49.380	23%
EBITDA (anual)	193.408	112.567	72%	94.294	19%
Lucro Líquido (trimestral)	33.052	45.117	(27%)	17.646	156%
ROE (trimestral)	1,19%	1,63%	(27%)	0,67%	143%
Dívida Total	301.753	413.276	(27%)	408.813	1%
Caixa e equivalente Recursos Próprios	140.508	189.323	(26%)	297.163	(36%)
Dívida Líquida	161.245	223.953	(28%)	111.650	101%
Margem Bruta (trimestral)	39,73%	42,79%	(7%)	38,71%	11%
Margem Operacional (trimestral)	9,04%	9,39%	(4%)	6,54%	44%
Margem Líquida (trimestral)	11,25%	14,91%	(25%)	6,39%	133%
Margem EBITDA (trimestral)	21,32%	20,06%	6%	17,88%	12%
Endividamento do PL	10,87%	14,95%	(27%)	15,19%	(2%)
Dívida Líquida/EBITDA (anual)	0,83	1,99	(58%)	1,18	69%

1. DADOS OPERACIONAIS

1.1 Mercado

Contratos em % da Receita Total da Companhia, em 30 de junho de 2026:

Contratos (% da Receita Bruta de Água e Esgoto) - em milhares								Economias Ativas Totais	
Municípios	Faturamento JUN/2026 (a)	Faturamento JUN/2025 (a)	Var.% (a/b -1)	% Receita total JUN/2026	Término concessão	Vigência Ampliada	Tipo de concessão	Água	Coleta de Esgoto
Natal	217.106	202.986	7,0%	34,0%	29/04/2027	30/12/2051	(ii) Água e Esgoto	268.335	137.755
Mossoró	72.584	70.001	3,7%	11,4%	14/07/2025	30/12/2051	(ii) Água e Esgoto	96.089	56.881
Parnamirim	60.498	54.599	10,8%	9,5%	27/03/2043	30/12/2051	(ii) Água e Esgoto	95.854	8.081
Caicó	15.829	14.479	9,3%	2,5%	28/08/2041	30/12/2051	(ii) Água e Esgoto	24.698	5.985
Macaíba	11.166	10.249	8,9%	1,7%	(a)	30/12/2051	(ii) Água e Esgoto	16.986	916
Assu	9.496	8.373	13,4%	1,5%	30/08/2029	30/12/2051	(i) Água e Esgoto	15.436	503
Currais Novos	7.818	7.468	4,7%	1,2%	(a)	30/12/2051	(ii) Água e Esgoto	12.211	9.365
João Câmara	6.075	5.140	18,2%	1,0%	(a)	30/12/2051	(ii) Água e Esgoto	9.343	4.700
Macau	5.561	5.596	-0,6%	0,9%	26/04/2023	30/12/2051	(i) Água e Esgoto	6.786	6.574
Nova Cruz	5.558	5.173	7,4%	0,9%	(a)	30/12/2051	(i) Água e Esgoto	10.434	3.854
Demais municípios	146.536	145.498	0,7%	35,5%	-	-	(i) (ii) Água e Esgoto	336.633	52.718
Totais	558.227	529.562	5,4%	100,0%				892.805	287.332

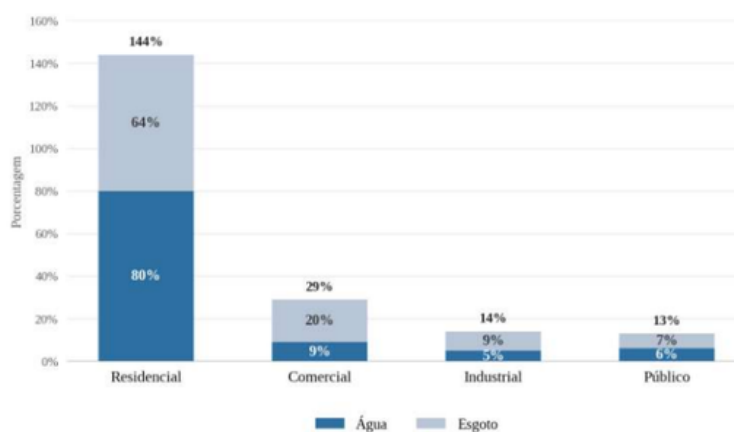
Em junho de 2026, o faturamento de água e esgoto da Companhia totalizou R\$ 558.227, apresentando crescimento de 5,4% em relação aos R\$ 529.562 registrados em junho de 2025. Os municípios de Natal, Mossoró e Parnamirim permaneceram como os principais mercados atendidos pela Companhia.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia prestava serviços em 153 dos 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no âmbito das duas Microrregiões de Águas e Esgotos – CentroOeste (MRAE I) e Litoral-Seridó (MRAE II). Em 23 de dezembro de 2021, foram celebrados os instrumentos que estabeleceram a prestação regionalizada dos serviços e ampliaram sua vigência até 30 de dezembro de 2051, de forma a possibilitar a amortização dos investimentos necessários à expansão dos serviços e ao cumprimento das metas de universalização previstas no art. 11-B da Lei nº 11.445/2007, de 99% da população atendida com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgotos.

Ao final do período, a Companhia contabilizava 892.805 economias ativas de água e 287.332 economias ativas de esgoto, evidenciando a abrangência da prestação dos serviços nos municípios atendidos.

Faturamento — 2T26

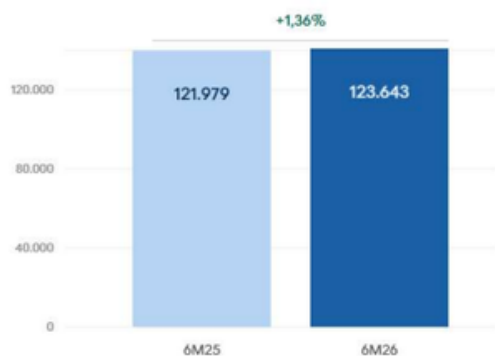
Participação de água e esgoto no faturamento por segmento



Em relação ao faturamento dos segmentos de água e esgoto, as economias residenciais apresentam a maior participação. Em 30 de junho de 2026, representavam 80% do total de economias de água e 64% das economias de esgoto.

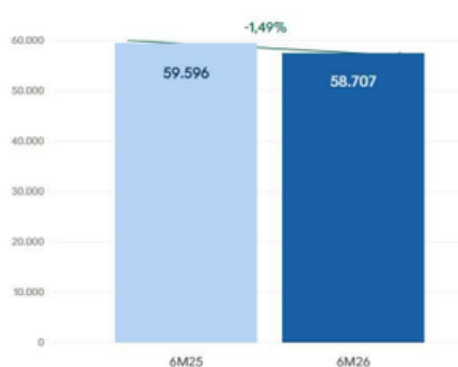
Volume de Água Produzido

Unidade: 1.000 m³ — comparação entre os mesmos semestres em anos consecutivos



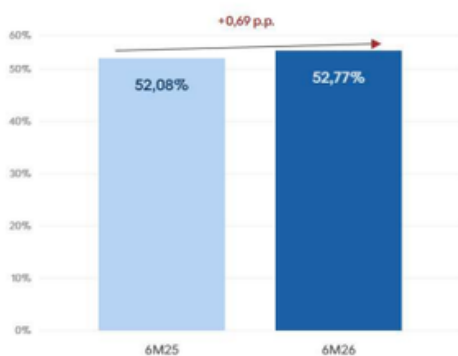
Volume de Água Consumido

Unidade: 1.000 m³ — comparação entre os mesmos semestres em anos consecutivos



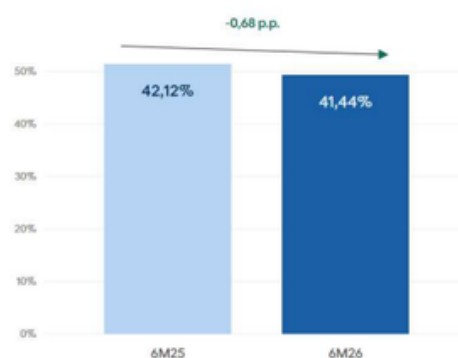
Índice de Perdas na Distribuição

Comparação entre os mesmos semestres em anos consecutivos



Índice de Perdas no Faturamento

Comparação entre os mesmos semestres em anos consecutivos



Índice de Cobertura de Água e Esgoto

Cobertura no Estado

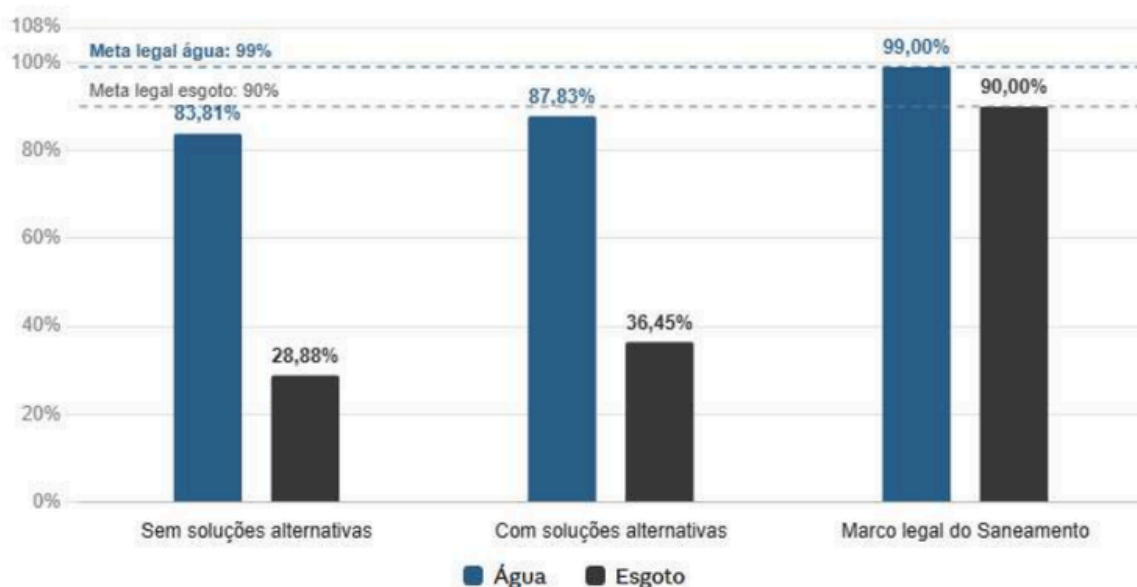
O índice de cobertura de água e esgoto é um indicador usado para medir a proporção dos imóveis que tem acesso aos serviços de saneamento básico no estado do Rio Grande do Norte.

Ao final do 2º trimestre de 2026, considerando exclusivamente o atendimento por rede pública convencional, a cobertura de água no estado foi de 83,81% e a de esgoto foi de 28,88%. A meta de universalização prevista no Marco Legal do Saneamento estabelece que, até 2033, 99% da população deve ter acesso à água tratada e 90% à coleta e tratamento de esgoto.

Com a publicação da Norma de Referência ANA nº 11/2024 — que autoriza a adoção de soluções alternativas, individuais ou coletivas, para fins de universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário (detalhamento na Nota 44) —, os índices de cobertura, quando consideradas essas soluções, sobem para 87,83% em água e 36,45% em esgoto.

Índice de Cobertura — Estado (Consolidado) — 2T26

153 municípios — comparação da cobertura de água e esgoto por cenário

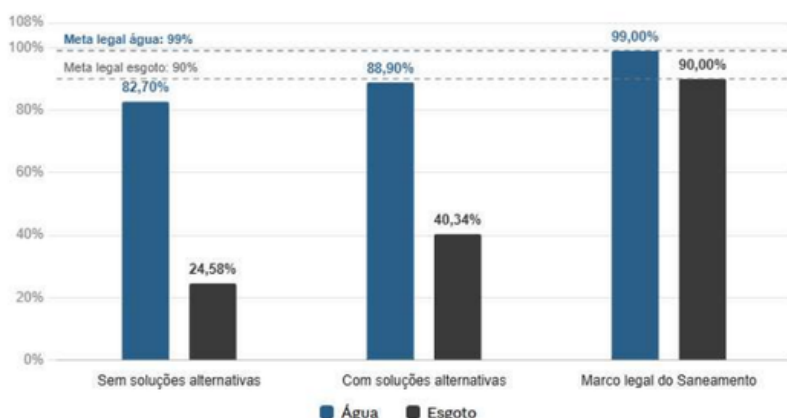


Cobertura por microrregião

A cobertura consolidada do Estado reflete realidades distintas entre as duas microrregiões atendidas pela Companhia, decorrentes de diferenças na densidade populacional, na maturidade da infraestrutura instalada e no estágio dos investimentos em cada território.

Índice de Cobertura — MRAE I — 2T26

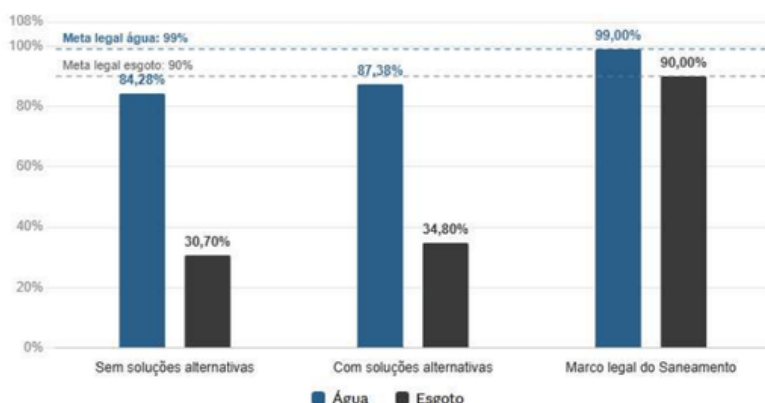
Centro-Oeste (72 municípios) — comparação da cobertura de água e esgoto por cenário



Na Microrregião MRAE I – Centro-Oeste, a cobertura de água por rede pública convencional foi de 82,70%, alcançando 88,90% quando consideradas as soluções alternativas previstas na Norma de Referência ANA nº 11/2024. Já a cobertura de esgoto, considerando 9 exclusivamente rede convencional, foi de 24,58%, chegando a 40,34% com a inclusão de soluções alternativas.

Índice de Cobertura — MRAE II — 2T26

Litoral-Seridó (95 municípios) — comparação da cobertura de água e esgoto por cenário



Na Microrregião MRAE II – Litoral-Seridó, que inclui a capital Natal, a cobertura de água por rede convencional foi de 84,28%, atingindo 87,38% com soluções alternativas. Em relação ao esgoto, a cobertura por rede convencional foi de 30,70%, alcançando 34,80% com a incorporação de soluções alternativas.

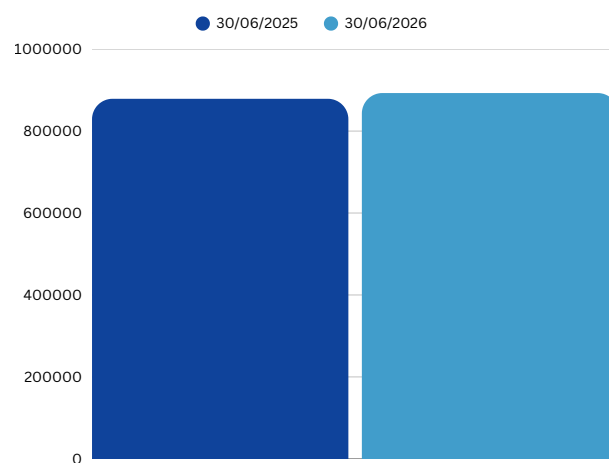
A maior concentração populacional e de rede coletora na MRAE II – Litoral-Seridó contribui para índices de cobertura de esgoto superiores aos observados na MRAE I – CentroOeste, onde o desafio de universalização é proporcionalmente maior — fator que orienta a priorização dos investimentos da Companhia, notadamente no segmento de esgotamento sanitário.

Atendimento de Água e Esgoto

Economias Ativas de Água

Número de economias ativas de Água por Município	JUN26 (a)	%	JUN25 (b)	%	Var. % (a/b)
Natal	268.335	30,1	269.835	30,7	(0,56)
Mossoró	96.089	10,8	92.297	10,5	4,11
Parnamirim	95.854	10,7	93.431	10,6	2,59
Caicó	24.698	2,8	24.314	2,8	1,58
Macaíba	16.986	1,9	16.099	1,8	5,51
Assú	15.436	1,7	15.097	1,7	2,25
Currais Novos	12.211	1,4	11.882	1,4	2,77
Macau	9.343	1,0	6.896	0,8	35,48
João Câmara	6.786	0,8	9.060	1,0	(25,10)
Nova Cruz	10.434	1,2	10.189	1,2	2,40
Demais municípios	336.633	37,7	329.684	37,5	2,11
Totais	892.805	100,0	878.784	100,0	1,60

Economias ativas de água



+1,60%

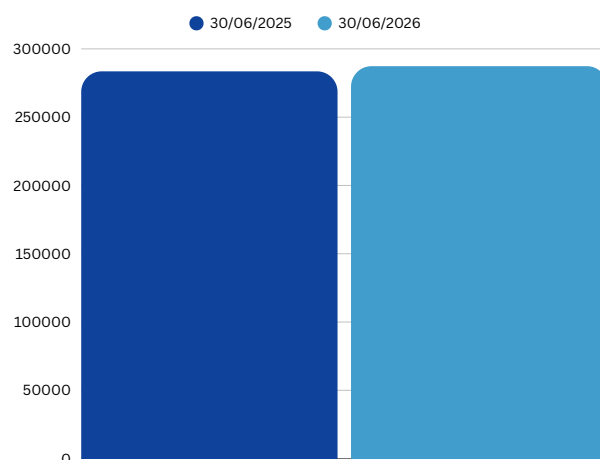
JUN/25 x JUN/26

+14.021 economias de água

Economias Ativas de Esgoto

Número de Economias ativas de Esgoto por Município	JUN26 (a)	%	JUN25 (b)	%	Var. % (a/b)
Natal	137.755	47,9	138.277	48,8	(0,38)
Mossoró	56.881	19,8	55.735	19,7	2,06
Parnamirim	8.081	2,8	7.582	2,7	6,58
Caicó	5.985	2,1	5.155	1,8	16,10
Macaíba	916	0,3	911	0,3	0,55
Assú	503	0,2	476	0,2	5,67
Currais Novos	9.365	3,3	9.317	3,3	0,52
Macau	4.700	1,6	6.505	2,3	(27,75)
João Câmara	6.574	2,3	4.578	1,6	43,60
Nova Cruz	3.854	1,3	3.811	1,3	1,13
Demais municípios	52.718	18,3	51.199	18,1	2,97
Totais	287.332	100,0	283.546	100,0	1,3

Economias ativas de esgoto



+1,3%

JUN/25 x JUN/26

+3.786 economias de esgoto

1.2 Desempenho Operacional

Evolução do Volume medido de água

Volume Medido de Água - m³	2T26 (a)	2T25 (b)	Var. % (a/b)	6M26 (c)	6M25 (d)	Var. % (c/d)
Natal	8.477	8.582	(1,22)	17.354	17.549	(1,11)
Mossoró	2.350	2.581	(8,94)	4.871	5.177	(5,91)
Parnamirim	2.464	2.696	(8,59)	5.156	5.530	(6,75)
Caicó	628	646	(2,84)	1.318	1.320	(0,18)
Macaíba	481	487	(1,20)	969	983	(1,41)
Assú	423	403	5,04	843	812	3,86
Currais Novos	290	309	(6,06)	609	632	(3,59)
Macau	147	161	(8,76)	323	338	(4,47)
João Câmara	221	233	(5,20)	456	482	(5,42)
Nova Cruz	208	207	0,68	446	421	6,04
Demais municípios	7.639	8.175	(6,56)	16.301	17.005	(4,14)
Totais	23.329	24.480	(4,70)	48.647	50.249	(3,19)

Evolução do Volume faturado de água

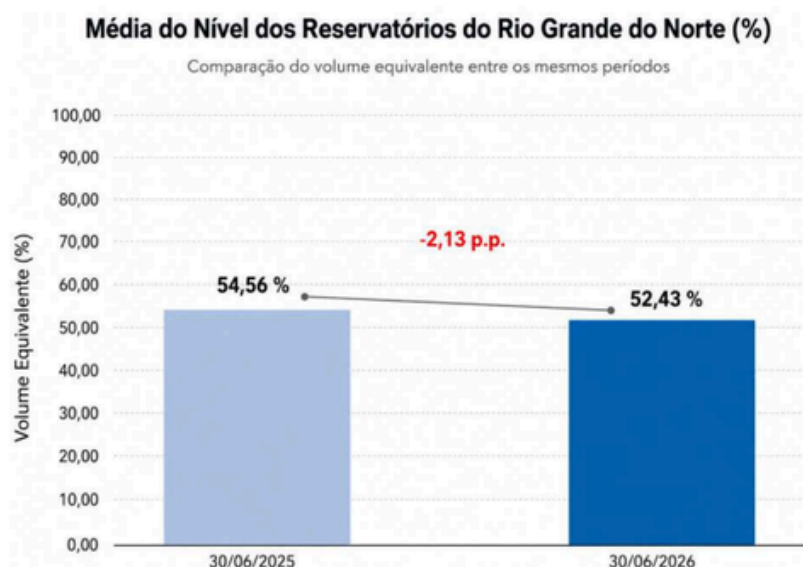
Volume Faturado de Água - m³	2T26 (a)	2T25 (b)	Var. % (a/b)	6M26 (c)	6M25 (d)	Var. % (c/d)
Natal	11.424	11.506	(0,71)	23.151	23.293	(0,61)
Mossoró	3.886	3.745	3,77	7.816	7.427	5,24
Parnamirim	3.852	3.712	3,76	7.761	7.524	3,15
Caicó	962	948	1,44	1.961	1.906	2,87
Macaíba	730	691	5,58	1.465	1.381	6,05
Assú	629	603	4,36	1.271	1.208	5,24
Currais Novos	443	443	(0,04)	899	891	0,88
Macau	268	278	(3,59)	551	562	(1,95)
João Câmara	348	342	1,80	700	696	0,60
Nova Cruz	361	352	2,57	731	706	3,55
Demais municípios	12.976	12.800	1,37	26.187	25.968	0,84
Totais	35.878	35.420	1,29	72.492	71.562	1,30

Evolução do Volume faturado de esgoto

Volume Faturado de Esgoto - m³	2T26 (a)	2T25 (b)	Var. % (a/b)	6M26 (c)	6M25 (d)	Var. % (c/d)
Natal	6.865	6.928	(0,91)	13.809	13.907	(0,71)
Mossoró	2.281	2.209	3,24	4.551	4.384	3,80
Parnamirim	397	353	12,43	802	725	10,60
Caicó	234	206	13,75	469	414	13,36
Macaíba	45	42	6,28	89	86	3,07
Assú	20	18	9,93	40	35	13,68
Currais Novos	334	338	(1,24)	674	681	(1,05)
Macau	236	231	1,99	476	462	2,94
João Câmara	170	168	1,47	340	340	0,14
Nova Cruz	129	126	2,52	262	251	4,45
Demais municípios	1.860	1.819	2,24	3.753	3.672	2,20
Totais	12.570	12.438	1,06	25.264	24.957	1,23

Volumes Disponíveis

O nível dos reservatórios do Sistema de Abastecimento de Água do Rio Grande do Norte representou um volume médio de 52,43% em 30 de junho de 2026.



-2,13%

JUN25 x JUN26

Fonte: ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Disponível em:

<https://www.ana.gov.br/sar/nordeste-e-semiarido/rio-grande-do-norte>. Acesso em: 19/08/2026

No comparativo entre o 2T25 e o 2T26, observou-se uma redução de 2,13 p.p. na média do nível dos reservatórios do Rio Grande do Norte, que passou de 54,56% para 52,43% do volume equivalente.

A variação observada deve ser analisada em conjunto com o fortalecimento da infraestrutura hídrica do Estado. A disponibilidade hídrica do Estado é reforçada pela transposição do Rio São Francisco, que amplia a oferta de água bruta para os sistemas de abastecimento operados pela Companhia. Soma-se a essa estrutura a transferência de água da Barragem de Oiticica para a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, por meio da calha do rio Piranhas-Açu, contribuindo para a regularização dos volumes armazenados e para o abastecimento dos sistemas atendidos a partir desse reservatório.

Adicionalmente, em evento subsequente ao 2T26, entrou em operação o Túnel Major Sales, ampliando a infraestrutura associada à transposição. Dessa forma, a redução de 2,13 p.p. observada no nível médio dos reservatórios não deve ser analisada de forma isolada, considerando a integração das diferentes fontes e estruturas que compõem o sistema hídrico do Estado.

Dos 56 reservatórios que possuem capacidade superior a 5 milhões de metros cúbicos, destacamos os volumes dos 10 (dez) principais:

Município	Reservatório	Capacidade (hm³)	Volume (hm³)	Volume (%)
Assú	Eng. Armando Ribeiro Gonçalves	2.373,07	1.023,03	43,11%
Jucurutu	Oiticica	683,40	512,36	74,97%
Apodi	Santa Cruz do Apodi	599,71	443,88	74,02%
Upanema	Umari	292,81	189,32	64,66%
Poço Branco	João Batista do Rego	136,00	83,52	61,41%
Macaíba	Tabatinga	89,84	20,10	22,37%
Parelhas	Boqueirão de Parelhas	84,79	8,24	9,72%
Nísia Floresta	Lagoa do Bonfim	84,27	54,43	64,59%
Assú	Mendubim	77,60	59,75	77,00%
São João do Sabugi	Sabugi	61,85	5,79	9,36%

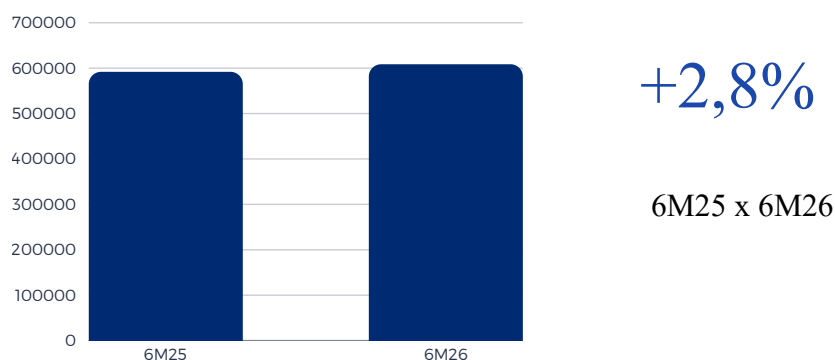
2.DADOS FINANCEIROS

2.1 Desempenho Econômico

Receita Operacional

Receita Operacional Bruta R\$	2T26 (a)	2T25 (b)	Var.% (a/b)	6M26 (c)	6M25 (d)	Var.% (c/d)
Receita de Água	225.033	223.070	0,9	451.861	430.232	5,0
Receita de Esgoto	53.469	51.049	4,7	106.366	99.330	7,1
Outras Receitas	30.198	42.918	(29,6)	80.238	90.531	(11,4)
Total Receita Operacional	308.700	317.037	(2,6)	638.465	620.093	3,0
COFINS	(8.355)	(8.223)	1,6	(16.747)	(15.887)	5,4
PIS	(1.810)	(1.782)	1,6	(3.629)	(3.442)	5,4
Taxa de regulação sobre o faturamento	(4.808)	(4.429)	8,6	(9.484)	(8.840)	7,3
Totais das Deduções	(14.973)	(14.434)	3,7	(29.860)	(28.169)	6,0
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	293.727	302.603	(2,9)	608.605	591.924	2,8

Receita Operacional Líquida

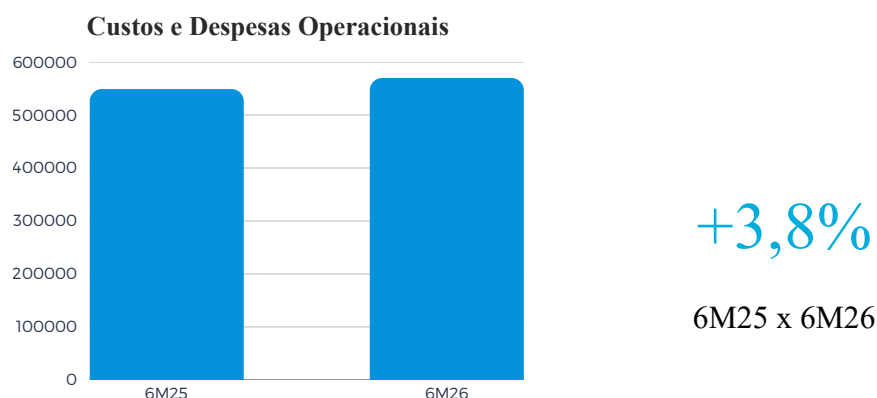


No segundo trimestre de 2026, a receita operacional líquida somou R\$ 608.605, apresentando crescimento de 2,8% em comparação ao mesmo período de 2025. Considerando especificamente as receitas de água e esgoto, observa-se crescimento de 5,4% no acumulado do semestre, passando de R\$ 529.562 no 6M25 para R\$ 558.227 no 6M26. Esse desempenho reflete, principalmente, o acréscimo nos volumes faturados, a expansão do número de ligações e, a partir de junho de 2026, os efeitos dos reajustes tarifários homologados pelas agências reguladoras AGRM e ARSEP para Mossoró e os demais municípios do Estado, com exceção de Natal (detalhamento na Nota 27).

No segundo trimestre de 2026, as receitas de água e esgoto também apresentaram desempenho positivo, com crescimento conjunto de 1,6% em relação ao mesmo período de 2025, passando de R\$ 274.119 para R\$ 278.502. Individualmente, a receita de água cresceu 0,9%, enquanto a receita de esgoto avançou 4,7%.

Em outras receitas, é classificada a receita de construção, cujo reconhecimento contábil está diretamente relacionado à execução físico-financeira das obras. A redução observada no período reflete o estágio de execução dos projetos e os respectivos cronogramas de obras, especialmente dos empreendimentos de esgotamento sanitário.

Custos e Despesas Operacionais



Custos e Despesas Operacionais R\$	2T26 (a)	2T25 (b)	Var.% (a/b)	6M26 (c)	6M25 (d)	Var.% (c/d)
Pessoal	(93.360)	(88.907)	5,0	(183.968)	(166.942)	10,2
Materiais	(11.165)	(12.934)	(13,7)	(23.278)	(24.324)	(4,3)
Energia elétrica	(35.280)	(32.970)	7,0	(75.825)	(65.590)	15,6
Serviços de Terceiros	(54.962)	(47.575)	15,5	(102.668)	(90.427)	13,5
Depreciações e Amortizações	(36.080)	(32.270)	11,8	(69.767)	(64.275)	8,5
Ganhos (Perdas) na Realização de Créditos	5.117	5.392	(5,1)	(11.254)	(14.816)	(24,0)
Indenizações por Danos a terceiros	(13)	(8)	62,5	(17)	(22)	(22,7)
Indenizações Trabalhistas a Terceiros	(16)	(13)	23,1	(30)	(33)	(9,1)
Taxas, alvarás e Licenciamento	(1.194)	(3.453)	(65,4)	(5.305)	(6.315)	(16,0)
Despesas capitalizadas	4.086	3.337	22,4	8.055	6.549	23,0
Provisões para contingências	1.595	(582)	(374,1)	4.393	(3.064)	(243,4)
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	(5.850)	(2.864)	104,3	(11.580)	(6.943)	66,8
Programa de Participação nos Resultados	(5.544)	(7.214)	(23,1)	(9.608)	(11.284)	(14,9)
Baixas de ativos, líquidas	(143)	(6)	2283,3	(143)	(6)	2283,3
Outros Custos e Despesas	(36.949)	(57.445)	(35,7)	(88.878)	(101.581)	(12,5)
Subtotal	(269.758)	(277.512)	(2,8)	(569.873)	(549.073)	3,8
Receitas de Créditos Tributários Judiciais	959	45.086	(97,9)	2.229	45.086	(95,1)
Provisão Passivo Regulatório/Honorários Advocatícios	(959)	(45.086)	(97,9)	(2.229)	(45.086)	(95,1)
Total Custos e Despesas Operacionais	(269.758)	(277.512)	(2,8)	(569.873)	(549.073)	3,8

Em 30 de junho de 2026, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 569.873, apresentando crescimento de 3,8% em relação aos R\$ 549.073 registrados no mesmo período de 2025. O aumento decorreu, decorreu, principalmente, do crescimento das despesas com pessoal, energia elétrica, serviços de terceiros e depreciação e amortização.

Pessoal

O aumento de 10,2% nos gastos com pessoal no primeiro semestre de 2026 decorreu da combinação das variações observadas nas diferentes rubricas que compõem os custos e despesas com pessoal. Entre os principais fatores, destacam-se o crescimento das despesas com benefícios, especialmente assistência médica e social e previdência privada, o aumento das despesas com comissões, prêmios e outras gratificações, bem como a elevação dos gastos com horas extraordinárias e seus reflexos nas demais rubricas de remuneração associadas. As despesas com assistência médica e social apresentaram aumento no período, em decorrência do reajuste de 36,36% aplicado ao contrato de plano de saúde a partir de maio de 2026. As despesas com previdência privada também apresentaram crescimento, principalmente em razão da ampliação do número de empregados participantes do CAERN PREV, decorrente das alterações nas regras do plano ocorridas em agosto de 2025. Considerando os custos e despesas com previdência privada, o número de participantes, incluindo pessoal operacional e administrativo, passou de aproximadamente 320 no 2T25 para 830 no 2T26, contribuindo para o aumento dos respectivos custos e despesas no período. Adicionalmente, as despesas com comissões, prêmios e outras gratificações apresentaram crescimento, refletindo, principalmente, o reconhecimento de despesas relacionadas ao prêmio decenal e ao prêmio de aposentadoria, previstos no Acordo Coletivo 2024/2026 vigente. Os gastos com horas extraordinárias também apresentaram crescimento no período, com maior impacto nas atividades operacionais. Nos custos relacionados ao esgotamento sanitário, as horas extras cresceram 28,6%, enquanto nas atividades de abastecimento de água o aumento foi de 17,0%, com reflexos nas demais rubricas de remuneração associadas, a exemplo do descanso semanal remunerado. A Companhia segue acompanhando continuamente a evolução dos gastos com pessoal, buscando manter o equilíbrio entre a gestão das despesas e sua sustentabilidade econômico-financeira. Ressalta-se que o quadro funcional permaneceu praticamente estável, passando de 1.998 empregados em 30 de junho de 2025 para 1.999 empregados em 30 de junho de 2026, indicando que a elevação dos gastos no período decorreu predominantemente da variação das rubricas que compõem a remuneração e os benefícios, e não do aumento do número de empregados.

Energia Elétrica

O crescimento de 15,6% nas despesas com energia elétrica no primeiro semestre de 2026 decorreu, principalmente, dos efeitos do reajuste tarifário da Neoenergia Cosern e da entrada em operação de novos sistemas, enquanto o consumo de energia elétrica apresentou crescimento de apenas 1,6% em relação ao mesmo período de 2025. Nos sistemas de abastecimento de água, a despesa aumentou 13,6%, passando de R\$ 58.976 no 6M25 para R\$ 66.990 no 6M26. O reajuste tarifário da Neoenergia Cosern, vigente a partir de 22 de abril de 2026, apresentou efeito médio de 5,40%, sendo de 10,9% para as unidades do Grupo A, que representam aproximadamente 82% dos custos de distribuição de energia elétrica da Companhia. A variação também foi influenciada pela entrada em operação das adutoras Alto Oeste/Pau dos Ferros e Apodi-Mossoró, no final de 2025, cujos custos com energia elétrica totalizaram aproximadamente R\$ 1,8 milhão no primeiro semestre de 2026, bem como pelas novas ligações associadas ao Sistema de Esgotamento Sanitário de Natal – Zona Norte (SES Natal Norte), que

representaram aproximadamente R\$ 1,8 milhão no período. Nesse sistema, destaca-se a ETE Jaguaribe, com despesas de aproximadamente R\$ 1,7 milhão no semestre. Em contrapartida, no Mercado Livre de Energia, a redução dos preços praticados pelas comercializadoras contribuiu para uma queda de 4,4% nos custos com aquisição de energia. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento dos encargos da CCEE, que cresceram 45,7% em relação ao primeiro semestre de 2025, principalmente em decorrência do início da cobrança do encargo relacionado à energia nuclear e da elevação do Encargo de Reserva de Capacidade (ERCAP), resultando em acréscimo de aproximadamente R\$ 1,0 milhão no período.

Serviços de Terceiros

O aumento de 13,5% nos serviços de terceiros no primeiro semestre de 2026, passando de R\$ 90.427 no 6M25 para R\$ 102.668 no 6M26, decorreu, principalmente, do crescimento dos serviços relacionados aos sistemas de abastecimento de água (+154,3%), esgotamento sanitário (+48,9%) e às atividades comerciais (+76,6%), parcialmente compensado pela redução de 21,2% nos serviços de terceiros associados às atividades administrativas. Nos custos operacionais, o crescimento esteve associado, principalmente, à maior execução de contratos relacionados à manutenção eletromecânica de equipamentos (Contrato nº 25.02122), à manutenção e melhorias das estruturas operacionais dos sistemas (Contrato nº 22.00764), à recomposição de pavimentação (Contratos nº 23.01552 e 25.01835) e à realização de análises laboratoriais de qualidade da água (Contrato nº 22.00545). No segmento de esgotamento sanitário, destaca-se também a entrada em operação da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Jaguaribe, que ampliou as atividades operacionais e, conseqüentemente, a demanda por serviços de automação, pré-operação e manutenção, contemplados no Contrato nº 25.01992. Nas atividades comerciais, o crescimento decorreu, principalmente, da maior execução dos contratos de leitura de hidrômetros e emissão simultânea de faturas (Contratos nº 25.00366 e 25.00365). Também contribuíram para a variação os serviços de vigilância patrimonial armada (Contrato nº 23.00318), tecnologia da informação (Contratos nº 25.02591 e 25.01905) e o Contrato nº 25.00097, relacionado à redução de perdas aparentes e ao incremento do faturamento e da arrecadação. Em sentido contrário, os serviços de terceiros vinculados às atividades administrativas apresentaram redução de 21,2%, passando de R\$ 61.282 no 6M25 para R\$ 48.287 no 6M26, contribuindo para atenuar o crescimento observado no período. Essa redução refletiu, entre outros fatores, o encerramento ou a substituição de contratos de apoio administrativo (Contrato nº 20.01354) e de outsourcing de equipamentos de informática (Contrato nº 20.01807), além da alteração na apropriação de determinados serviços de natureza operacional, a exemplo dos Contratos nº 22.00764, 23.01552 e 22.00545. Adicionalmente, a movimentação dos serviços de terceiros no período foi influenciada por contratos de locação enquadrados contabilmente como arrendamentos, inclusive por novos contratos celebrados no 6M26, a exemplo do Contrato nº 001BANTCLBI2026.

Depreciações e Amortizações

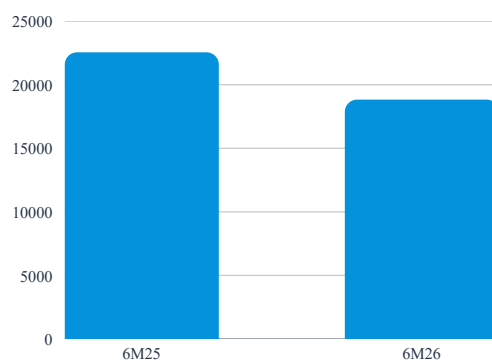
O aumento de 8,5% nas despesas com depreciação e amortização no primeiro semestre de 2026 reflete, principalmente, a maior depreciação dos ativos vinculados ao sistema de esgotamento sanitário e a evolução dos contratos de arrendamento. A depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível do esgotamento sanitário aumentou 33,4%, passando de R\$ 11.101 no 6M25 para R\$ 14.813 no 6M26, em razão, principalmente, da entrada em operação da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Jaguaribe, que resultou na incorporação de novos ativos à operação e no início da apropriação da depreciação desses ativos. Em relação aos contratos de arrendamento, as despesas de depreciação e amortização aumentaram 24,9%, passando de R\$ 8.578 no 6M25 para R\$ 10.705 no 6M26. A variação está relacionada à evolução dos contratos de arrendamento reconhecidos conforme o CPC 06 (R2), incluindo novos contratos e renovações realizados no período. Nos demais ativos imobilizados e intangíveis, as variações foram menos significativas, com a depreciação e amortização vinculada ao sistema de abastecimento de água apresentando redução de 1,0%, enquanto a parcela administrativa apresentou crescimento de 2,5%. Dessa forma, o crescimento da despesa no período foi influenciado principalmente pela expansão da base de ativos depreciables no sistema de esgotamento sanitário e pela evolução dos contratos de arrendamento.

2.2 Indicadores econômicos

Resultado financeiro

Resultado Financeiro R\$	2T26 (a)	2T25 (b)	Var.% (a/b)	6M26 (c)	6M25 (d)	Var.% (c/d)
Receitas Financeiras						
Rendimentos de aplicações financeiras	3.113	5.041	(38,2)	6.851	9.486	(27,8)
Descontos obtidos	34	31	9,7	65	62	4,8
Juros ativos obtidos	228	350	(34,9)	442	720	(38,6)
Variações monetárias ativas	11.603	6.990	66,0	21.088	13.222	59,5
Juros e acréscimos com créditos tributários	959	45.086	-	2.229	45.086	-
Rendimentos de resgate judicial	62	61	1,6	181	287	(36,9)
Totais das Receitas Financeiras	15.999	57.559	(72,2)	30.856	68.863	(55,2)
Despesas Financeiras						
Juros e taxas de financiamentos	(2.959)	(4.047)	(26,9)	(5.454)	(8.317)	(34,4)
Juros e multas extras de financiamentos	(1.560)	(1.423)	9,6	(2.755)	(2.695)	2,2
Provisão passivo regulatório	(863)	(34.568)	-	(2.006)	(34.568)	-
Custos de transação	(224)	(186)	-	(409)	(408)	-
Juros sobre precatórios	(705)	(174)	305,2	(1.403)	(326)	330,4
Totais das Despesas Financeiras	(6.311)	(40.398)	(84,4)	(12.027)	(46.314)	(74,0)
Resultado Financeiro	9.688	17.161	(43,5)	18.829	22.549	(16,5)

Resultado Financeiro



-16,5%

6M25 x 6M26

No primeiro semestre de 2026, a Companhia apresentou resultado financeiro positivo de R\$ 18.829, ante R\$ 22.549 no mesmo período de 2025. A variação de 16,5% decorreu, principalmente, da normalização de efeitos não recorrentes registrados no 6M25, não refletindo aumento dos encargos associados ao endividamento financeiro.

As receitas financeiras totalizaram R\$ 30.856 no 6M26, ante R\$ 68.863 no 6M25, principalmente em razão do reconhecimento, no 2T25, de R\$ 45.086 em juros e acréscimos sobre créditos tributários, de natureza não recorrente. No 6M26, essa rubrica totalizou R\$ 2.229. Em contrapartida, as variações monetárias ativas cresceram 59,5%, passando de R\$ 13.222 para R\$ 21.088.

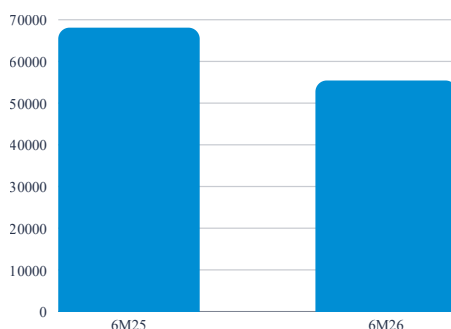
As despesas financeiras reduziram 74,0%, de R\$ 46.314 no 6M25 para R\$ 12.027 no 6M26, refletindo, principalmente, a menor provisão para passivo regulatório, de R\$ 34.568 para R\$ 2.006. Adicionalmente, os juros e taxas de financiamentos recuaram 34,4%, passando de R\$ 8.317 para R\$ 5.454 no período.

Dessa forma, a variação do resultado financeiro no 6M26 está concentrada, predominantemente, em efeitos não recorrentes da base comparativa, enquanto os indicadores diretamente relacionados ao endividamento apresentaram evolução favorável, com redução dos encargos de financiamentos e manutenção de resultado financeiro positivo.

Resultado Econômico

Resultado Econômico R\$	2T26 (a)	2T25 (b)	Var. % (a/b)	6M26 (c)	6M25 (d)	Var. % (c/d)
Resultado Operacional	26.557	28.421	(6,6)	41.894	48.289	(13,2)
Resultado Financeiro	9.688	17.161	(43,5)	18.829	22.549	(16,5)
Tributos sobre o Lucro	(3.193)	(465)	586,7	(5.297)	(2.738)	93,5
Lucro Líquido	33.052	45.117	(26,7)	55.426	68.100	(18,6)

Lucro Líquido



-18,6%
6M25 x 6M26

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 55.426 no segundo trimestre de 2026, comparado a R\$ 68.100 no mesmo período de 2025. O resultado do trimestre refletiu, entre outros fatores, a ampliação da estrutura operacional da Companhia, com destaque para a entrada em operação da ETE Jaguaribe, que envolveu custos relacionados às etapas de pré-operação e ao início da operação definitiva. Os benefícios econômicos associados à ampliação da capacidade de esgotamento sanitário tendem a ser percebidos gradualmente nos períodos subsequentes, à medida que a expansão dos serviços se traduza em novas ligações, economias atendidas e respectivos efeitos sobre o faturamento.

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada R\$	2T26 (a)	2T25 (b)	Var. % (a/b)	6M26 (c)	6M25 (d)	Var. % (c/d)
Remuneração de Pessoal	99.560	95.899	3,8	196.459	179.878	9,2
Remuneração a Governos (tributos)	19.360	18.351	5,5	40.461	37.221	8,7
Remuneração a Terceiros (juros e atualização monetária)	(14.203)	47.160	(130,1)	25.389	59.788	(57,5)
Lucro do período não distribuído	33.052	45.117	(26,7)	55.426	68.100	(18,6)
Total da Riqueza Econômica	137.769	206.527	(33,3)	317.735	344.987	(7,9)

A estratégia de crescimento e desenvolvimento da CAERN está focada na busca pela eficiência operacional e financeira, visando maximizar resultados por meio de investimentos em tecnologia, redução de custos e otimização de processos. A empresa também carrega a responsabilidade de expandir o acesso a serviços de água e saneamento para toda a população, especialmente em regiões com infraestrutura mais precária e isolada, em conformidade com a meta nacional de universalização do saneamento básico.

Além disso, a melhoria contínua da qualidade dos serviços é uma prioridade central para garantir a satisfação dos usuários e o cumprimento das normas regulatórias. Isso envolve o fornecimento de água potável e o tratamento adequado de esgoto, seguindo rigorosos padrões de saúde e segurança. Por fim, a CAERN busca garantir a viabilidade financeira e a sustentabilidade a longo prazo, equilibrando com as expectativas de seus acionistas.

Resultados econômico-financeiros

Indicadores Econômicos R\$	2T26 (a)	2T25 (b)	Var.% (a/b)	6M26 (c)	6M25 (d)	Var.% (c/d)
Receita Operacional Líquida	293.727	302.603	(2,9) %	608.605	591.924	2,8 %
Lucro Bruto	116.699	129.491	(9,9) %	237.363	250.355	(5,2) %
Lucro Operacional	26.557	28.421	(6,6) %	41.894	48.289	(13,2) %
Lucro Líquido	33.052	45.117	(26,7) %	55.426	68.100	(18,6) %
% Margem Operacional	9,04	9,39	(0,4) p.p.	6,88	8,16	(1,3) p.p.
% Margem Líquida	11,25	14,91	(3,7) p.p.	9,11	11,50	(2,4) p.p.
% Rentabilidade do PL médio	0,02	0,03	(0,0) p.p.	0,03	0,04	(0,0) p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	0,76	1,91	(1,2)x	0,83	1,99	(1,2)x

Evolução dos índices

	Referência	6M26	6M25	Var.
Patrimônio Líquido	R\$	2.812.278	2.764.107	1,7
Valor Patrimonial da Ação	R\$	1,00	1,00	-
Endividamento Total	%	36,56%	37,74%	(1,2) p.p.
Liquidez Corrente	R\$	1,56	1,79	(12,8)
Liquidez Seca	R\$	1,39	1,66	(16,3)

No encerramento do segundo trimestre de 2026, os ativos totais da Companhia atingiram R\$ 4.433.120, ante R\$ 4.439.435 em 30 de junho de 2025, mantendo-se praticamente estáveis no período. As dívidas totais, por sua vez, reduziram 3,3%, passando de R\$ 1.675.328 para R\$ 1.620.842.

Do montante da dívida total, R\$ 301.753 referem-se a empréstimos, financiamentos e debêntures, frente a R\$ 413.276 em 30 de junho de 2025, representando redução de 27,0%. Esse movimento contribuiu para a melhora do índice de endividamento total, que passou de 37,74% no 2T25 para 36,56% no 2T26, evidenciando menor participação de capital de terceiros no financiamento dos ativos da Companhia.

No mesmo período, o Patrimônio Líquido alcançou R\$ 2.812.278, crescimento de 1,7% em relação aos R\$ 2.764.107 registrados no 2T25, enquanto o valor patrimonial da ação permaneceu estável em R\$ 1,00. Em relação aos indicadores de liquidez, a liquidez corrente passou de 1,79 no 2T25 para 1,56 no 2T26, enquanto a liquidez seca recuou de 1,66 para 1,39. Apesar das reduções, ambos os indicadores permaneceram superiores a 1,00, demonstrando que a Companhia manteve capacidade de cobertura de suas obrigações de curto prazo ao final do período.

Evolução do Ativo e Dívidas

Ativos Totais



+0,2%

4T25 x 2T26

Dívidas Totais



-1,7%

4T25 x 2T26

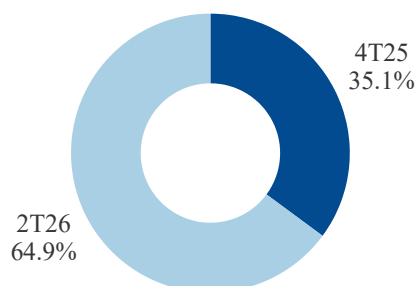
Empréstimos, financiamentos e debêntures



-9,5%

4T25 x 2T26

Arrendamento Financeiro



+84,8%

4T25 x 2T26

EBITDA

No segundo trimestre de 2026, o EBITDA da Companhia totalizou R\$ 62.637, crescimento de 3,2% em relação aos R\$ 60.690 registrados no mesmo período de 2025. A margem EBITDA alcançou 21,32%, ante 20,06% no 2T25, representando avanço de 1,27 p.p. no período.

A evolução do EBITDA ocorreu mesmo diante da redução de 26,7% no lucro líquido, que passou de R\$ 45.117 no 2T25 para R\$ 33.052 no 2T26. Essa diferença decorre, principalmente, dos efeitos dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro e do aumento das despesas com depreciação e amortização, itens que são considerados na reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA.

No acumulado do primeiro semestre de 2026, o EBITDA totalizou R\$ 111.660, mantendo-se praticamente estável em relação aos R\$ 112.565 apurados no mesmo período de 2025, com redução de 0,8%. A margem EBITDA atingiu 18,35%, frente a 19,02% no 6M25, redução de 0,67 p.p.

A geração de caixa no primeiro semestre de 2026 totalizou R\$ 137.679, ante R\$ 147.864 no mesmo período de 2025, representando redução de 6,9%, ou R\$ 10.185. Apesar da retração na geração de caixa, o crescimento do EBITDA e a expansão de sua margem no trimestre evidenciam a manutenção do desempenho operacional da Companhia no período.

EBITDA R\$	2T26 (a)	2T25 (b)	Var.% (a/b)	6M26 (c)	6M25 (d)	Var.% (c/d)
Lucro Líquido	33.052	45.117	(26,74)	55.426	68.100	(18,61)
(+) Tributos sobre o Lucro	3.193	465	586,67	5.297	2.738	93,46
(-) Resultado Financeiro	(9.688)	(17.161)	(43,55)	(18.829)	(22.549)	(16,50)
(+) Depreciações e amortizações	36.080	32.269	11,81	69.766	64.276	8,54
EBITDA	62.637	60.690	3,21	111.660	112.565	(0,80)
%EBITDA	21,32%	20,06%	1,27 p.p.	18,35%	19,02%	-0,67 p.p.

2.3 INVESTIMENTOS

No segundo trimestre de 2026, a Companhia deu continuidade aos investimentos destinados à ampliação, melhoria e renovação da infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como ao fortalecimento de sua estrutura operacional. Os investimentos, realizados com recursos próprios, convênios e empréstimos, totalizaram R\$ 44.277 no 2T26, ante R\$ 66.618 no 2T25. No acumulado do primeiro semestre, alcançaram R\$ 109.417, comparados a R\$ 136.361 no 6M25.

Investimentos R\$	2T26 (a)	2T25 (b)	Var.% (a/b)	6M26 (c)	6M25 (d)	Var.% (c/d)
Água	11.808	11.574	2,0	28.240	28.909	(2,3)
Esgoto	30.889	51.593	(40,1)	77.496	99.906	(22,4)
Outros Investimentos	1.580	3.451	(54,2)	3.681	7.546	(51,2)
Totais	44.277	66.618	(33,5)	109.417	136.361	(19,8)

No segmento de abastecimento de água, os investimentos totalizaram R\$ 11.808 no 2T26, crescimento de 2,0% em relação ao 2T25. No acumulado do semestre, atingiram R\$ 28.240, mantendo-se praticamente estáveis em relação aos R\$ 28.909 registrados no 6M25.

Os investimentos em esgotamento sanitário permaneceram como principal componente do programa de investimentos da Companhia, totalizando R\$ 77.496 no 6M26, equivalentes a aproximadamente 71% dos investimentos realizados no período. A redução de 22,4% em relação ao 6M25 está associada, principalmente, ao cronograma físico-financeiro dos empreendimentos e à conclusão de etapas relevantes de obras estruturantes, não representando, isoladamente, redução das necessidades futuras de investimento da Companhia.

Entre os empreendimentos concluídos no período, destaca-se o Sistema de Esgotamento Sanitário de Natal – Zona Norte/Jaguaribe, cujo investimento acumulado até sua conclusão totalizou R\$ 362.761, além de extensões de rede no montante de R\$ 1.013. Dessa forma, as obras encerradas no período representaram investimentos acumulados de R\$ 363.774, considerando recursos próprios, convênios e empréstimos. Esses montantes correspondem aos valores acumulados ao longo da execução dos empreendimentos e não se confundem com os investimentos realizados exclusivamente no 2T26.

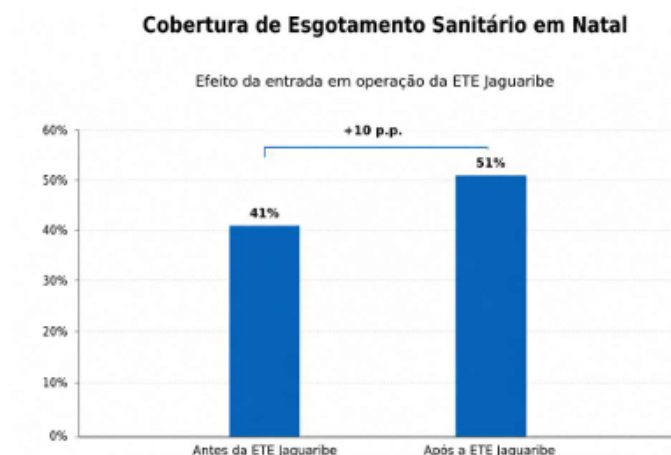
Adicionalmente, foram incorporados à base de ativos R\$ 3.046 em renovação de ativos, distribuídos em diversos municípios, com destaque para Natal, Macau, Macaíba e Mossoró. Os 19 demais investimentos permaneceram direcionados à aquisição, modernização e melhoria de ativos necessários à continuidade e eficiência das operações.

Apesar da redução dos desembolsos em relação ao período comparativo, a Companhia mantém demanda relevante de investimentos para expansão, modernização e renovação dos sistemas, em linha com as necessidades de infraestrutura e com as metas de ampliação da cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A variação observada no 6M26 reflete, portanto, o estágio de execução e maturação do portfólio de projetos, incluindo a conclusão de empreendimentos relevantes, enquanto permanece a necessidade de capital para a continuidade do programa de investimentos.

2.3.1 DESTAQUE: IMPACTO DA ENTRADA EM OPERAÇÃO DA ETE JAGUARIBE

A Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Jaguaribe, integrante do Sistema de Esgotamento Sanitário de Natal – Zona Norte, entrou em operação no período, com os seguintes efeitos agregados sobre as demonstrações do 2T26/6M26:

- Investimento: custo acumulado de R\$ 362,7 milhões até a conclusão da obra, principal empreendimento concluído no trimestre;
- Custos operacionais: aumento de 15,6% nas despesas com energia elétrica no semestre, refletindo em parte o consumo adicional da nova estação; crescimento de R\$ 0,8 milhões nos serviços de terceiros vinculados ao esgotamento sanitário;
- Depreciação e amortização: despesa de D&A do esgotamento sanitário cresceu 152,5% no semestre, passando de R\$ 792 mil para R\$ 2,0 milhões, em razão da incorporação dos novos ativos à base depreciable;
- Base de ativos: detalhamento contábil em Nota 12 (Intangível);
- Efeito na cobertura de esgoto em Natal: o índice de esgotamento sanitário do Município de Natal evoluiu de 41% para 51% com a entrada em operação da ETE Jaguaribe, um avanço de 10 p.p.¹



Natal representa 34% da receita da Companhia (vide seção 1.1.1), de modo que a evolução da cobertura de esgoto no município tem peso relevante na trajetória de universalização do Estado.

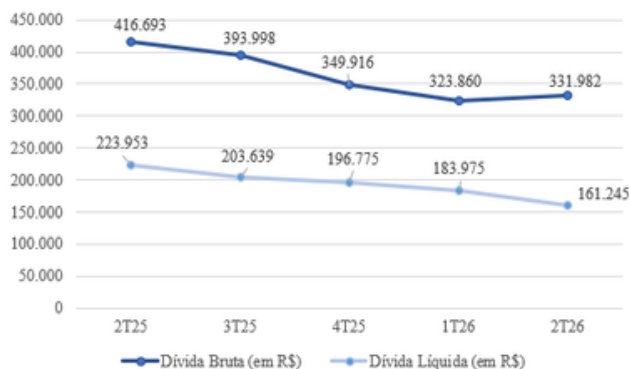
¹Índice superior à média estadual (28,88%, seção 1.1.5) em razão da maior concentração de rede coletora na capital em comparação aos demais municípios.

2.4 ENDIVIDAMENTO

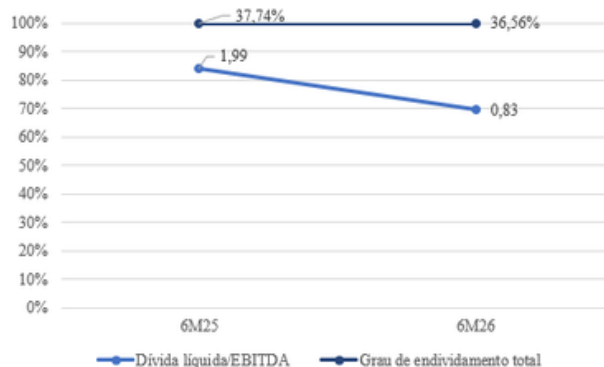
Evolução trimestral da Dívida Bruta e da Dívida Líquida

A dívida bruta passou de R\$ 413,3 milhões em junho de 2025 para R\$ 301,8 milhões em junho de 2026, representando uma redução de R\$ 111,5 milhões, ou 27,0%. A redução decorre, principalmente, das amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures realizadas no período, que superaram as novas liberações de recursos, mesmo considerando os desembolsos realizados pelo BNB, incluindo R\$ 42 milhões liberados em maio de 2026. A dívida líquida, por sua vez, passou de R\$ 223,9 milhões para R\$ 161,2 milhões no mesmo período, uma redução de 28,0%. O índice de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA (acumulado 12 meses, encerrou o primeiro semestre de 2026 em de 0,83x, ante 1,99x no mesmo período de 2025, refletindo a redução da alavancagem financeira da Companhia. O grau de endividamento, por sua vez, atingiu 36,56% em 30 de junho de 2026, comparado a 37,74% no encerramento de 2025, indicando redução de 1,18 ponto percentual no período. A trajetória recente do indicador reflete uma reversão em relação aos exercícios de 2021 a 2023, período em que a Companhia operava com posição de caixa líquido (alavancagem líquida negativa), decorrente do volume de caixa e aplicações financeiras superior ao endividamento bruto. O aumento gradual do indicador desde então decorre, principalmente, da intensificação do ciclo de investimentos em ampliação e modernização da infraestrutura de água e esgoto — notadamente no segmento de esgotamento sanitário —, parcialmente financiado por novas captações, como os desembolsos do BNB realizados no período (vide seção 1.2.2.4). Ainda assim, o índice de 0,83x permanece em patamar confortavelmente inferior aos parâmetros de referência do setor, e a Administração monitora 21 continuamente a evolução da alavancagem frente à capacidade de geração de caixa operacional da Companhia.

Evolução Trimestral da Dívida bruta e da Dívida Líquida



Índice de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA) e Grau de Endividamento Total



Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 30/06/2026

Descrição	Banco	Taxa de Juros	Indexador	Moeda	Principal	Contratação	Vencimento	Capit. Juros	Carência	30/06/2026	31/12/2025
CCB (a)	Santander	2,97% a.a.	CDI	R\$	60.000	2023	2027	Mensal	6 meses	10.000	18.571
Debêntures - 1ª Emissão (b)	Santander	4% a.a.	CDI	R\$	370.000	2023	2028	Mensal	24 meses	226.774	298.387
		2,76% a 11,90%									
CCB (c)	BNB	a.a.	IPCA	R\$	327.000	2024	2048	Mensal	96 meses	68.895	20.811
Subtotal										305.669	337.769
(-) Custos de transação										(3.916)	(4.214)
Total										301.753	333.555
Empréstimos e financiamentos										77.425	38.387
Debêntures										224.328	295.168
Circulante										152.353	158.708
Não Circulante										149.400	174.847

Composição da dívida por prazo de vencimento

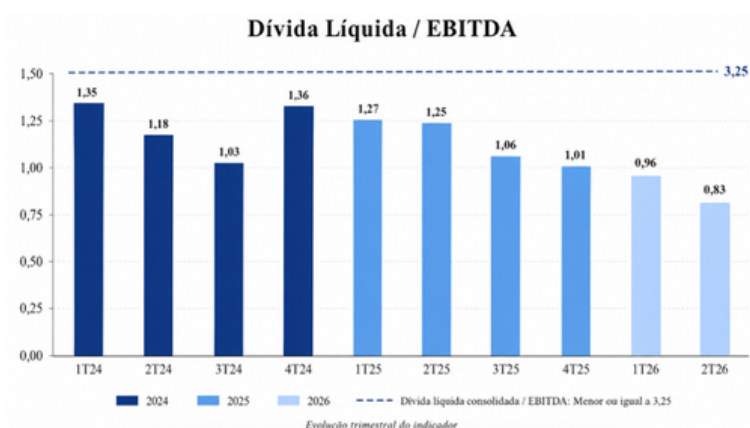
Período	Saldo devedor (R\$)	%
2026	81.159	26,55%
2027	144.655	47,32%
2028	12.501	4,09%
2029	3.396	1,11%
2030	3.396	1,11%
Acima de 2030	60.562	19,81%
Total	305.669	100,00%

Cláusulas Contratuais restritivas - *Covenants* Financeiros

Os *covenants* financeiros estabelecem limites para garantir o equilíbrio financeiro da Companhia. A relação Dívida Líquida/EBITDA atingiu 0,83, abaixo do limite de 3,25. O índice EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas alcançou 10,27, acima do mínimo exigido de 2,5.

Assim, em 2026, a Companhia permaneceu dentro dos limites estabelecidos e cumpriu os *covenants* financeiros.

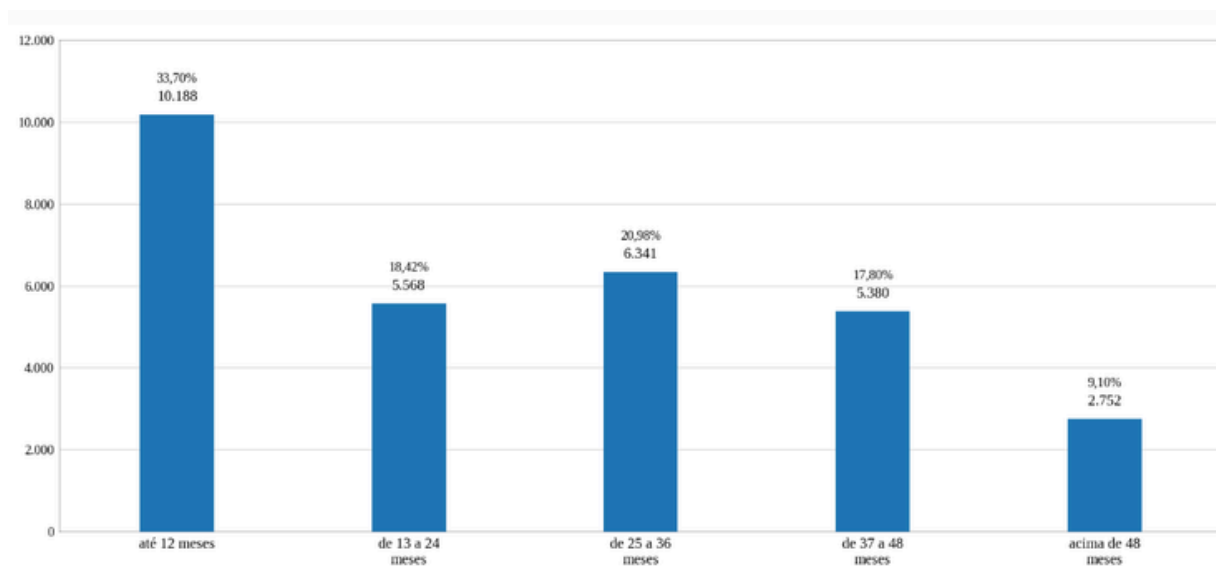
Evolução trimestral da Relação Dívida Líquida/EBITDA



Composição do arrendamento mercantil em 30/06/2026

Arrendamento Mercantil	Dados
Taxa de juros anual	16,78% a.a.
Indexador	—
Término do contrato	31/03/2031
Saldo devedor em 31/12/2025	16.361
(+) Adições	24.324
(-) Amortizações	(12.594)
(+) Juros/Variação monetária	2.138
Saldo devedor em 30/06/2026	30.229

Composição da dívida por prazo de vencimento



3. REGULAÇÃO

Criação das Microrregiões

A Lei Complementar nº 682, de 15 de julho de 2021 instituiu as microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste e o Litoral-Seridó do estado do Rio Grande do Norte. As estruturas foram criadas para assegurar os recursos da União para investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário. A microrregião terá natureza jurídica de autarquia governamental de regime especial, com caráter deliberativo e normativo, e personalidade jurídica de Direito Público. Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia assinou contratos com as Microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste (MRAE I) e Litoral-Seridó (MRAE II) do estado do Rio Grande do Norte. Os contratos asseguram a prestação de serviços regionalizada, mediante critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em todos os municípios integrantes, mediante dilatação de prazo, de forma a que avença original com a sua vigência ampliada até 30 de dezembro de 2051. A administração acompanha a implantação do novo marco legal do saneamento e trabalha para diminuir as possíveis perdas na posição patrimonial e financeira da Companhia.

Revisão Tarifária

No segundo trimestre de 2026, foram homologados pelas agências reguladoras os processos de reequilíbrio tarifário aplicáveis a Mossoró e aos demais municípios do Estado do Rio Grande do Norte, exceto Natal, com vigência a partir de junho de 2026 (percentuais detalhados na Nota 27). Em relação ao Município de Natal, o processo de reajuste tarifário encontrava-se em andamento ao final do trimestre, tendo sido concluído em evento subsequente ao período (vide Nota 45). No âmbito da revisão tarifária de 2026, a Companhia também deu continuidade ao processo de blindagem da Base de Ativos Regulatórios (BAR), cuja análise dos apontamentos apresentados pela FUNDACE foi concluída em evento subsequente ao período (vide Nota 45). Adicionalmente, a Companhia possui Base de Ativos Regulatórios específica dos sistemas adutores, cuja blindagem foi aprovada em julho de 2024, no montante de R\$ 869,9 milhões. Em 2026, foi homologada pela ARSEP a tarifa única aplicável aos sistemas adutores operados pela Companhia, nos termos da Resolução ARSEP nº 8/2026 (vide Nota 42), fortalecendo o tratamento regulatório desses sistemas e a adequada consideração dos ativos vinculados à atividade de adução. Paralelamente, a Companhia encontra-se em processo de estruturação de revisão tarifária abrangendo a totalidade dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, com expectativa de conclusão até junho de 2027 e efeitos financeiros previstos a partir do exercício de 2027. A regulação tarifária dos serviços prestados pela Companhia é exercida por três agências reguladoras, cada uma responsável por um recorte territorial específico:

- ARSBAN (Agência Reguladora de Serviços Públicos e de Saneamento Básico do Município de Natal) — competente exclusivamente pela regulação tarifária do Município de Natal;
- AGRM (Agência Reguladora de Mossoró) — competente exclusivamente pela regulação tarifária do Município de Mossoró;
- ARSEP (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte) — competente pela regulação tarifária dos demais municípios do Estado atendidos pela Companhia, no âmbito das Microrregiões Centro-Oeste (MRAE I) e Litoral-Seridó (MRAE II).

A Administração acompanha o andamento do processo junto às três agências reguladoras, cujos cronogramas e critérios técnicos podem apresentar particularidades próprias em razão da competência regulatória distinta de cada município ou grupo de municípios.

Tarifa única sistemas adutores

Conforme Resolução nº 8, de 12 de maio de 2026, da ARSEP, foi homologada tarifa única no valor de R\$ 2,49/m³ para os sistemas adutores operados pela CAERN, abrangendo os serviços de captação, tratamento e adução de água. A implantação da nova estrutura tarifária poderá gerar impactos nos critérios de reconhecimento de receita, faturamento e provisões relacionadas às operações de fornecimento de água no atacado, com reflexos nos demonstrativos financeiros da Companhia. A implantação da nova estrutura tarifária poderá gerar impactos nos critérios de reconhecimento de receita, faturamento e provisões relacionadas às operações de fornecimento de água no atacado, com reflexos nos demonstrativos financeiros da Companhia. Adicionalmente, por envolver os sistemas adutores intermunicipais, a nova tarifa tem repercussão sobre a Base de Ativos Regulatórios (BAR) objeto do processo de blindagem em curso no âmbito da revisão tarifária de 2026 (vide Nota 45), na medida em que os ativos vinculados à captação, tratamento e adução de água integram a base de ativos submetida à análise regulatória. Adicionalmente, a Companhia possui compromisso regulatório para ampliação da macromedição nos pontos de entrega, o que poderá demandar investimentos em ativos imobilizados e futuras revisões dos critérios de mensuração e controle operacional. A Administração entende que a medida busca assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da operação, observando os princípios de modicidade tarifária, sustentabilidade operacional e recuperação dos investimentos vinculados à infraestrutura hídrica.

Norma de Referência ANA nº 11/2024

A Norma de Referência ANA nº 11/2024, aprovada pela Resolução ANA nº 230, de 18 de dezembro de 2024, dispõe sobre as condições gerais para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário e prevê, entre outros aspectos, a possibilidade de utilização de soluções alternativas para a prestação desses serviços. Entende-se por soluções alternativas as formas de atendimento, individuais ou coletivas, que podem ser adotadas em determinadas situações sem a utilização da rede pública convencional. Essas soluções podem compreender, por exemplo, a utilização de poços e o aproveitamento de águas pluviais para abastecimento de água, bem como sistemas locais de coleta e tratamento de esgoto, a exemplo de tanques ou fossas sépticas associados a formas adequadas de tratamento e disposição final dos efluentes, observados os requisitos técnicos, sanitários, ambientais e regulatórios aplicáveis. A adoção dessas soluções não significa que o usuário possa, por iniciativa própria, optar por não utilizar a rede pública da CAERN quando esta estiver disponível. A NR nº11/2024 estabelece condições específicas para a utilização de soluções alternativas, cuja adoção deve observar a regulamentação da entidade reguladora infranacional competente, bem como as demais disposições legais, de planejamento e contratuais aplicáveis. Nos termos da norma, na ausência de disponibilidade de redes públicas de abastecimento de água ou esgotamento sanitário, admite-se a prestação dos serviços públicos por meio de soluções alternativas, desde que previstas no Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico e nos respectivos contratos de prestação dos serviços, observada a regulamentação da entidade reguladora infranacional competente. A utilização dessas soluções pode contribuir para a universalização dos serviços, especialmente em áreas rurais, isoladas ou em localidades onde não haja disponibilidade de redes públicas, permitindo a adoção de formas de atendimento adequadas às características locais, desde que atendidos os requisitos técnicos, sanitários, ambientais e regulatórios pertinentes. A implementação das disposições da Norma de Referência nº 11/2024 relacionadas às soluções alternativas, no âmbito da Companhia, depende da regulamentação e das medidas a serem adotadas pelas entidades reguladoras infranacionais competentes. A Companhia encontra-se avaliando os aspectos técnicos, operacionais e regulatórios relacionados à matéria, incluindo a formulação de consultas às agências reguladoras competentes, com o objetivo de obter os esclarecimentos e definições necessários à eventual adoção dessas soluções na prestação dos serviços e ao cumprimento das metas de universalização.

4. MERCADO DE CAPITAIS

Composição Acionária do Capital em 30/06/2026

ACIONISTAS	Nº de ações			%
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Governo do Estado do RN	1.679.548	–	1.679.548	97,22%
FUNFIRN (IPERN)	46.507	–	46.507	2,69%
União Federal	1.099	157	1.256	0,08%
Outros	257	–	257	0,01%
TOTAL	1.727.411	157	1.727.568	100,00%

R\$ 1.726.056.097

Total das ações

=

Governo do Estado do RN

100%

Capital total

=

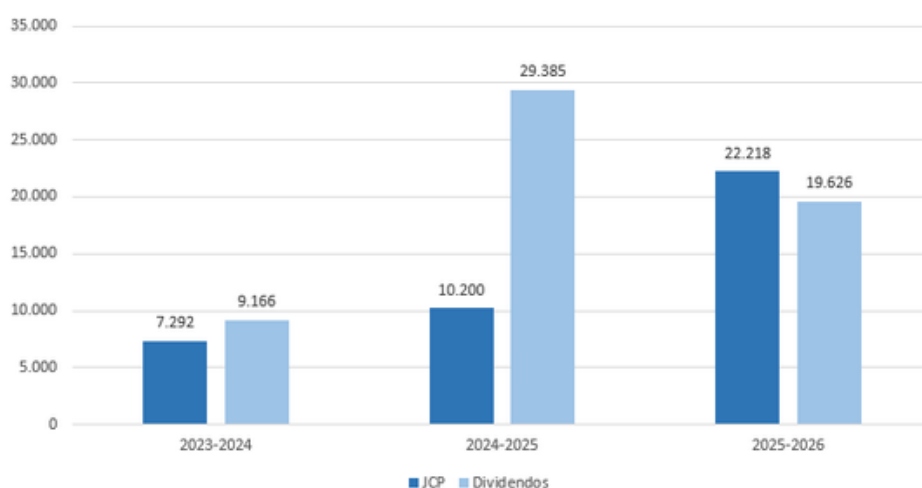
Acionistas nacionais

As ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos mínimos onde o seu recebimento, por ação, deve ser no mínimo 10% maior que o atribuído as ações do tipo ordinária. Atualmente, do total das ações ordinárias (com direito a voto), o Governo do Estado do Rio Grande do Norte participa com 97,22% do total de ações. Dentre os demais acionistas que possuem ações ordinárias, o que corresponde a 2,77%, destaca-se o Fundo Financeiro do Estado do Rio Grande do Norte - FUNFIRN (direito do Banco do Estado do Rio Grande do Norte – BANDERN) que possui 2,69%, a União Federal com um total de 0,07% e os demais acionistas com 0,01% das ações, sendo estes formados por órgãos estaduais, municipais e pessoas físicas. Já as ações preferenciais (sem direito a voto) pertencem 100% à União Federal, correspondendo a um percentual de 0,01% do total das ações. No dia 29 de abril de 2026, realizou-se uma assembleia geral ordinária e extraordinária, onde dentre os assuntos discutidos, destacou-se a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP). Entre as deliberações, foram destinados R\$ 5.134 à constituição da Reserva Legal, R\$ 8.681 à Reserva de Incentivos Fiscais e R\$ 88.703 à Reserva de Expansão. Quanto ao Juros sobre Capital Próprio, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, deliberou sobre o montante destinados ao acionista majoritário. Do montante de R\$ 40.681, foi realizado encontro de contas com obrigações mantidas junto à Companhia, resultando na compensação de R\$ 28.484, relativos a valores decorrentes de faturas de água e esgoto e de parcelamentos acordados. O saldo residual de R\$ 12.197 permanece em processo de regularização, no âmbito das tratativas entre partes.

Remuneração aos acionistas

Conforme art. 112 do Estatuto da Companhia, os dividendos devem ser apropriados, no mínimo, em 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, podendo a eles serem imputados, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Instrução Normativa 1700 da Receita Federal e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

Os Juros sobre o Capital Próprio (JCP), a título de dividendos, estipulados pela Lei 9.249/95 e regulamentados pela IN 1700 da RFB, sendo seu valor máximo calculado na forma desta IN art. 75 § 2º e § 3º que impõe que o valor máximo do JCP não poderá ultrapassar 50% do lucro líquido (usado para fins de cálculo da JCP), sendo este lucro apurado após dedução da Contribuição Social e antes do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica. Então, após a apuração do Juros Capital Próprio, ainda de acordo com a IN 1700 da RFB, ele será deduzido da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social para a apuração de um novo Lucro Líquido.



5. OUTRAS INFORMAÇÕES

Perspectivas

A Companhia possui perspectiva de geração positiva de caixa proveniente de suas atividades operacionais, que totalizou R\$ 137,6 milhões no primeiro semestre de 2026 (vide seção 1.2.2.2) que, em conjunto com as fontes de financiamento já captadas e aquelas a serem captadas, deverão proporcionar os recursos financeiros necessários para suportar os investimentos destinados à ampliação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que totalizaram R\$ 109,4 milhões no mesmo período (vide seção 1.2.2.3). Neste contexto, a Administração acompanha a evolução da geração de caixa, dos investimentos realizados em relação aos projetados, e dos principais indicadores operacionais e financeiros, com o intuito de assegurar a capacidade de execução do plano de investimentos e contribuir para o cumprimento das metas de universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme previsto no Marco Legal do Saneamento (vide seção 1.1.5.1). O plano de investimentos da Companhia para os próximos exercícios contempla a continuidade da expansão e modernização da infraestrutura de água e esgoto, com priorização do segmento de esgotamento sanitário, onde se concentra o maior hiato frente às metas do Marco Legal do Saneamento, e das obras vinculadas à eventual estruturação da PPP (vide Nota 43). Nesse contexto, a análise de rating da Fitch Ratings sobre a Companhia, de 17 de outubro de 2025, considera a expectativa de repasses de recursos de convênios da ordem de R\$ 490 milhões entre 2025 e 2028, destinados a apoiar parte dos investimentos necessários à ampliação da cobertura de esgotamento sanitário. Em 2025, a Companhia recebeu R\$ 69,1 milhões da União Federal por meio de convênios e, no primeiro semestre de 2026, foram recebidos R\$ 23,7 milhões, totalizando R\$ 92,8 milhões até junho de 2026. A Companhia acompanha o cronograma de liberação dos recursos remanescentes, considerando sua relevância para a continuidade dos investimentos previstos e para o avanço das metas de universalização. A expectativa da Companhia é de que a universalização seja alcançada até 2033 para os municípios abrangidos por contratos de concessão.

Classificação de Risco (*rating*)

A CAERN é avaliada pela agência de classificação de risco Fitch ratings, que atualmente atribui à Companhia o Rating Nacional de Longo Prazo ‘A+(bra)’, com Perspectiva Estável – classificação que também se estende à primeira emissão de debêntures com garantia real da Companhia. A última ação de rating foi realizada em 17 de outubro de 2025, quando a Fitch afirmou o rating em ‘A+(bra)’ (sem alteração frente à classificação anterior, também ‘A+(bra)’). A classificação em escala nacional foi emitida pela primeira vez em 17 de novembro de 2022, e a última atualização registrada é de 25 de outubro de 2025. Os ratings atribuídos pela Fitch são revisados, no mínimo, anualmente. O relatório completo está disponível em: <https://ri.caern.com.br/informacoes-financeiras-e-operacionais/ratings/>

Governança Corporativa

A CAERN é uma sociedade de economia mista de capital fechado, constituída em 1969, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), regendo-se pela Lei Estadual nº 3.742/1969, pela Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), pela Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei das S.A.) e por seu Estatuto Social, consolidado em Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2025. O Estado do Rio Grande do Norte é o acionista controlador, detentor de 97,31% das ações ordinárias da Companhia.

Conselho de Administração. É composto estatutariamente por 9 membros efetivos e respectivos suplentes, sendo um titular e um suplente indicados pelos empregados, mediante eleição direta e secreta, e um titular e um suplente indicados pelos acionistas minoritários.

O colegiado deve contar com, no mínimo, 25% de membros independentes, nos termos do art. 22 da Lei nº 13.303/2016. O mandato é de dois anos, permitidas até três reconduções consecutivas. Ao final do segundo trimestre de 2026, o Conselho de Administração contava com 6 membros efetivos, dos quais 2 independentes, correspondentes a 33,3% da composição do colegiado, além de 1 suplente eleito pelos empregados da Companhia.

Diretoria Executiva. É composta por 6 membros — Diretora-Presidente, Diretor Administrativo, Diretor Comercial e de Atendimento, Diretora de Planejamento e Finanças, Diretor de Empreendimentos e Diretora de Operação e Manutenção —, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos e até três reconduções consecutivas. Ao final do segundo trimestre de 2026, a Diretoria Executiva encontrava-se com sua composição completa.

Conselho Fiscal. Órgão permanente, composto estatutariamente por 3 membros efetivos e respectivos suplentes, observadas as regras de representação dos acionistas previstas no Estatuto Social. O mandato é de dois anos, permitidas até duas reconduções consecutivas. Ao final do segundo trimestre de 2026, o Conselho Fiscal contava com 2 membros efetivos.

Comitês estatutários. Em atendimento à Lei nº 13.303/2016, a Companhia mantém o Comitê de Auditoria Estatutário, composto por 3 membros titulares e respectivos suplentes, observados os requisitos de independência aplicáveis, com atribuições de assessoramento ao Conselho de Administração no acompanhamento das demonstrações financeiras, dos controles internos, da gestão de riscos e das atividades de auditoria. A Companhia mantém ainda o Comitê de Elegibilidade e Avaliação, responsável, entre outras atribuições, pela verificação do atendimento aos requisitos e vedações legais aplicáveis às indicações de administradores, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário, incluindo a avaliação da condição de independência, quando aplicável. Ao final do segundo trimestre de 2026, o Comitê de Auditoria Estatutário encontrava-se com sua composição completa, enquanto o Comitê de Elegibilidade e Avaliação contava com 2 membros efetivos.

Política de indicação de administradores. A indicação de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria Estatutário observa os requisitos de reputação ilibada, notório conhecimento, formação acadêmica e experiência profissional mínima previstos nos arts. 17 a 20 do Estatuto Social, bem como as vedações do art. 19 (incluindo restrições a dirigentes partidários, titulares de mandato eletivo e pessoas com conflito de interesse), verificadas pelo Comitê de Elegibilidade e Avaliação mediante formulário padronizado.

Auditoria externa. As demonstrações financeiras da Companhia são submetidas a auditoria externa independente, realizada pela Audimec – Auditores Independentes S/S.

Certificações e códigos de governança: A Companhia é signatária do Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, reforçando seu compromisso institucional com a ética, a transparência, a governança e a conformidade (*compliance*).

Ambiente Regulatório

A prestação dos serviços de água e esgoto pela CAERN é regulada por três agências, cada uma com competência sobre um recorte territorial específico:

- ARSBAN (Agência Reguladora de Serviços Públicos e de Saneamento Básico do Município de Natal) — regulação tarifária exclusiva do Município de Natal;
- AGRM (Agência Reguladora de Mossoró) — regulação tarifária exclusiva do Município de Mossoró;
- ARSEP (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte) — regulação tarifária dos demais municípios atendidos pela Companhia, no âmbito das Microrregiões Centro-Oeste (MRAE I) e Litoral-Seridó (MRAE II).

A prestação dos serviços está amparada por contratos de concessão com vencimento em 2051, cobrindo a totalidade da receita da Companhia — fator que reduz a exposição da CAERN ao risco de municípios sem contrato vigente, conforme destacado pela Fitch Ratings em seu relatório de rating de 17/10/2025. O ambiente regulatório tem apresentado evolução, com a implementação tempestiva dos reajustes tarifários e manutenção de diálogo contínuo e construtivo com as agências reguladoras. Esse cenário contribui para maior previsibilidade regulatória e para o fortalecimento das condições necessárias à sustentabilidade econômico-financeira da prestação de serviços.

Segurança Hídrica

A disponibilidade hídrica da Companhia é reforçada pela transposição do Rio São Francisco, que amplia a oferta de água bruta para os sistemas de abastecimento operados pela CAERN nas duas Microrregiões atendidas (vide seção 1.1.6). Em evento subsequente ao 2T26, entrou em operação o Túnel Major Sales, componente adicional dessa infraestrutura de transposição (vide Nota 45). Adicionalmente, foi iniciada a operação de transferência de água da Barragem de Oiticica para a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, por meio da calha do rio Piranhas-Açu, contribuindo para o reforço da disponibilidade hídrica regional e para a regularização dos volumes armazenados em reservatórios estratégicos para o abastecimento do Estado.

O risco hidrológico é inerente à atividade de saneamento básico, mas mostra-se gerenciável para a Companhia, sem estimativa de impactos significativos sobre os resultados operacionais decorrentes de eventuais restrições no abastecimento — avaliação também compartilhada pela Fitch Ratings em seu relatório de rating mais recente.

Como instrumento de gerenciamento desse risco, a Companhia monitora periodicamente as condições que integram seus sistemas de abastecimento, considerando, entre outras fontes, os boletins de monitoramento divulgados pelo Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte (IGARN). Esse acompanhamento subsidia a avaliação das condições de disponibilidade hídrica e a adoção, quando necessária, de medidas operacionais para adequação dos sistemas de abastecimento.

Agenda ESG - Ambiental, Social e Governança

Em 25 de maio de 2026, a Companhia assinou o Pacto ESG, reforçando seu compromisso com a adoção de práticas relacionadas aos aspectos ambientais, sociais e de governança e com o aprimoramento da transparência na divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade.

No segundo trimestre de 2026, a Companhia avançou na construção de sua matriz de materialidade, com a participação de diferentes partes interessadas. O processo contou com pesquisa aberta ao público externo, incluindo clientes, fornecedores, órgãos reguladores, sociedade civil organizada e comunidade em geral, além de entrevistas e avaliações técnicas realizadas com o público interno.

A consulta teve como objetivo identificar os temas de maior relevância para as partes interessadas e para a Companhia, considerando aspectos ambientais, sociais e de governança. A partir do cruzamento dessas percepções com a avaliação dos impactos e da relevância dos temas para o negócio, foram definidos os assuntos materiais que orientarão as iniciativas e os processos de reporte relacionados à Agenda ESG.

A Companhia também vem estruturando as ações necessárias para o atendimento às exigências de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e às mudanças climáticas, em conformidade com os pronunciamentos IFRS S1 e S2.

Parceria Público-Privada (PPP)

Em 30 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração da CAERN deliberou sobre a estruturação do Projeto de Parceria Público-Privada (PPP). O edital, destinada à gestão do esgotamento sanitário em 48 municípios do Estado do Rio Grande do Norte, tem publicação prevista até dezembro de 2026. A expectativa é que o projeto viabilize investimentos estimados em aproximadamente R\$ 3,9 bilhões, com vistas à ampliação da cobertura e à melhoria dos serviços de esgotamento sanitário nas localidades contempladas.

Durante o primeiro semestre de 2026, a Companhia avançou na estruturação do projeto de parceria público-privada para prestação dos serviços de esgotamento sanitário em 48 municípios do Rio Grande do Norte. No período, foram realizadas consulta e audiências públicas, encontrando-se o projeto, em 30 de junho de 2026, em fase de aperfeiçoamento da modelagem, anteriormente à publicação do edital de licitação.

Reajuste Tarifário Município de Natal

Em 02 de julho de 2026, a Agência Reguladora de Serviços Públicos e de Saneamento Básico do Município de Natal (ARSBAN) homologou, por meio da Resolução nº 001/2026, reajuste tarifário de 6,98% nas tarifas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e serviços indiretos regulados pela Companhia no Município de Natal. Os novos valores tarifários passaram a vigorar a partir de 30 de julho de 2026.

Inauguração Túnel Major Sales

Em 02 de julho de 2026, foi inaugurado o Túnel Major Sales, integrante do ramal Apodi, no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF). A estrutura, com capacidade para transportar até 20m³/s de água, representa avanço na integração hídrica do Rio Grande do Norte e contribuirá para a ampliação da segurança hídrica no Estado, especialmente na região Oeste. A Companhia acompanha a evolução das obras e os potenciais impactos decorrentes da ampliação da disponibilidade hídrica para os serviços de abastecimento de água.

Blindagem Base de Ativos Regulatórios

Em 11 de agosto de 2026, no âmbito do processo de blindagem da Base de Ativos Regulatórios (BAR) para a revisão tarifária de 2026, a Companhia concluiu a análise dos apontamentos apresentados pela Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (FUNDACE), elaborando relatório com os respectivos esclarecimentos e disponibilizando documentação suplementar à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP), de forma que a perspectiva da blindagem de ativo ocorra até o término do processo de revisão tarifária e o incremento estimado na Base de Ativos Regulatórios da Companhia seria da ordem de R\$ 2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de reais).

Demonstração do Resultado	2T26	2T25	2T24
Receita líquida dos serviços prestados	608.605	591.924	539.910
Custo dos serviços prestados	(371.242)	(341.569)	(321.119)
Lucro bruto	237.363	250.355	218.791
Despesas administrativas	(143.408)	(152.568)	(122.651)
Despesas comerciais	(54.311)	(45.558)	(55.406)
Provisões/Reversão para Contingências	4.393	(3.064)	(6.946)
Despesas tributárias	(5.305)	(6.315)	(3.876)
Outras receitas operacionais	3.162	5.439	4.604
Lucro / (prejuízo) antes do resultado financeiro	41.894	48.289	34.516
Receitas financeiras	30.856	68.863	26.532
Despesas financeiras	(12.027)	(46.314)	(23.471)
Lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	60.723	70.838	37.577
Imposto de renda e Contribuição Social	(5.297)	(2.738)	(3.388)
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	55.426	68.100	34.189

Balanza Patrimonial - Activo	JUN/26	DEZ/25	DEZ/24
Activo Circulante	457.708	502.778	459.964
Caixa e equivalentes de caixa	157.553	167.403	214.714
Contas a receber	184.047	193.200	156.128
Estoques para operación	50.273	42.554	44.084
Tributos a recuperar	34.119	72.857	14.878
Adiantamientos	6.263	2.092	2.275
Depósitos Judiciais	25.057	24.662	27.685
Otros activos circulantes	396	10	200
Não circulante	3.975.412	3.923.034	3.825.753
Contas a receber	84.009	86.164	93.292
Créditos Fiscais	19.276	18.473	44.313
Créditos de accionistas	21.820	20.140	16.591
Activo Financiero	431.510	431.448	411.482
Imobilizado líquido	993.502	987.716	997.015
Intangible líquido	2.396.208	2.363.625	2.233.307
Dereito de Uso Arrendamiento Mercantil	29.087	15.468	29.753
Activo Total	4.433.120	4.425.812	4.285.717

Balanco Patrimonial - Passivo	JUN/26	DEZ/25	DEZ/24
Passivo Circulante	292.661	330.618	281.851
Fornecedores de bens e serviços	36.438	49.309	32.972
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	152.353	158.708	135.497
Arrendamento Mercantil	10.188	13.209	16.141
Obrigações tributárias	20.010	21.645	22.975
Obrigações sociais	58.203	62.048	51.233
Benefícios Pós-emprego e Acordos Judiciais	647	1.195	9.868
Parcelamento de Tributos	430	1.224	1.909
Compromisso Contrato de Concessão	1.050	1.050	1.050
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar	13.342	22.230	10.206
Passivo Não circulante	1.328.181	1.318.718	1.278.475
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	149.400	174.847	265.568
Arrendamento Mercantil	20.041	3.152	13.778
Benefícios Pós-emprego e Acordos Judiciais	22034	20554	84
Parcelamento de Tributos	221	248	1.138
Provisões para Contingências	38.050	42.443	49.642
Receita Diferida (subvenção governamental)	941.536	920.579	858.630
Tributos Diferido	83.510	85.512	89.635
Passivo Regulatório	73.389	71.383	-
Total do passivo	1.620.842	1.649.334	1.560.326
Patrimônio Líquido	2.776.476	2.776.478	2.725.391
Capital social	1.727.568	1.727.568	1.459.109
Reserva de Capital	50.363	50.363	50.363
Reserva de Lucro	114.242	133.868	309.566
Lucros/Prejuízos acumulados	75.661	-	-
Outros resultados abrangentes	844.444	864.679	906.353
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	4.433.120	4.425.812	4.285.717

Demonstração do Fluxo de Caixa	2T26	2T25	2T24
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do Exercício Antes do IRPJ/CSLL	60.723	70.838	37.578
Ajustes:			
Depreciação e amortização	69.766	64.276	59.778
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	11.254	14.816	26.067
Provisão/reversão para Contingências	(4.393)	3.064	6.946
(-) Lucro na venda de imobilizado	-	(967)	-
Juros e variações monetárias	27.888	35.476	31.235
(Aumento)/Diminuição dos ativos:			
Contas a receber e demais recebíveis	(28.429)	(17.957)	(27.751)
Estoques	(7.720)	2.882	(877)
Tributos a recuperar	38.738	(97.062)	(10.756)
Adiantamentos concedidos	(4.171)	(3.521)	(4.861)
Depósitos judiciais	(395)	2.551	1.489
Outros ativos	(2.869)	16.245	(6.823)
Aumento/(Diminuição) dos passivos:			
Fornecedores	(12.871)	5.809	2.594
Obrigações tributárias	(1.635)	1.417	1.299
Outras obrigações	(2.910)	78.879	(10.920)
Caixa Gerado/(consumido) pelas Operações	142.976	176.746	104.998
Imposto de renda e contribuição pagos/restituídos	(5.297)	(2.738)	(3.388)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	137.679	174.008	101.610
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	-	2.200	-
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(97.492)	(143.836)	(164.423)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos	(97.492)	(141.636)	(164.423)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortizações de empréstimos, financiamentos	(104.084)	(52.392)	(46.194)
Amortizações de parcelamentos de impostos	(1.021)	(968)	(969)
Amortizações de arrendamentos financeiros	(12.594)	6.795	(24.775)
Ingresso de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	46.736	22.780	32.129
Receitas diferidas	20.957	31.133	42.674
Pagamentos de dividendos e JCP	(31)	(39.579)	(16.013)
Caixa líquido oriundos das (usado nas) atividades de financiamentos	(50.037)	(32.231)	(13.148)
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(9.850)	141	(75.961)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	157.553	214.855	330.279
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	167.403	214.714	406.240
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(9.850)	141	(75.961)